



O DESAFIO TEÓRICO DA ESQUERDA LATINO-AMERICANA

A ORFANDADE DA ESTRATÉGIA

Continente de revoluções e de contra-revoluções, a América Latina padece de pensamentos estratégicos que orientem processos políticos tão ricos e diversificados, à altura dos desafios que enfrenta. Apesar de uma rica capacidade analítica, de significativos processos de transformação e de dirigentes revolucionários tão emblemáticos, o continente não produziu a teoria de sua própria prática.

As três estratégias históricas da esquerda contaram com forças vigorosas em sua liderança – partidos socialistas e comunistas, movimentos nacionalistas, grupos guerrilheiros – e orientaram experiências de profunda significação política – a Revolução Cubana, o governo de Salvador Allende, a vitória sandinista, os governos pós-neoliberais na Venezuela, na Bolívia e no Equador, a construção de poderes locais, como em Chiapas, e práticas de orçamento participativo, das quais a mais importante ocorreu na cidade de Porto Alegre. No entanto, não contamos com grandes sínteses estratégicas que nos permitam usar balanços de cada uma dessas estratégias e um conjunto de reflexões que favoreçam a formulação de novas propostas.

O próprio fato de essas três estratégias terem sido desenvolvidas por forças políticas distintas fez com que não ocorressem processos comuns de acumulação, reflexão e síntese. Enquanto tiveram existência realmente concreta, os partidos comunistas promoveram processos de reflexão sobre suas próprias práticas. Durante sua existência, a Organização Latino-Americana de Solidariedade (Olas) fez o mesmo com os processos de luta armada; já os movimentos nacionalistas não estabeleceram intercâmbios suficientes entre si para fomentar algo similar. Hoje, as novas práticas têm permitido pouca elaboração teórica e problematização crítica das novas realidades.





As estratégias adotadas no continente, sobretudo em seus primórdios, sofreram fortemente o peso dos vínculos internacionais da esquerda latino-americana com os partidos comunistas em especial, mas também com os socialdemocratas. A linha de “classe contra classe”, por exemplo, implantada na segunda metade dos anos 1920 e que dificultou a compreensão das formas políticas concretas de resposta à crise de 1929 – das quais o governo de Getúlio Vargas no Brasil é apenas uma das expressões, ao lado do efêmero governo socialista de doze dias no Chile e de manifestações similares em Cuba –, foi uma importação direta da crise de isolamento da URSS em relação aos governos da Europa ocidental, e não uma indução a partir das condições concretas vigentes no continente.

As mobilizações lideradas por Farabundo Martí e por Augusto Sandino nasceram das condições concretas de resistência à ocupação norte-americana e expressaram formas de nacionalismo diretamente anti-imperialista. Os processos de industrialização na Argentina, no Brasil e no México apareceram como respostas à crise de 1929. Não se assentaram, pelo menos inicialmente, em estratégias articuladas. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) teorizou situações de fato quando, já no início do segundo pós-guerra, passou a elaborar a teoria da industrialização substitutiva de importações e, ainda assim, era uma estratégia econômica. Tampouco a Revolução Boliviana de 1952 elaborou uma linha de ação estratégica própria, apenas pôs em prática reivindicações contidas, como a universalização do voto, a reforma agrária e a nacionalização das minas.

Assim, nem o nacionalismo nem o reformismo tradicional assentaram sua ação em estratégias, mas responderam a demandas econômicas, sociais e políticas. Quando a Internacional Comunista definiu sua posição de Frentes Antifascistas, em 1935, a aplicação da nova orientação chocou-se com as condições concretas vividas pelos países da região. Se a linha de “classe contra classe” respondia às condições particulares da URSS, a nova orientação respondia à expansão de regimes fascistas na Europa. Nenhuma delas levava em conta as condições da América Latina, assimilada à periferia colonial, sem identidade particular.

Essa inadequação teve vários efeitos concretos. No caso do movimento liderado por Luís Carlos Prestes, em 1935, ele esteve a cavalo entre duas linhas: de um lado, organizava uma sublevação centrada em tenentes; de outro, pregava não um governo operário-camponês, mas uma frente de libertação nacional, já em resposta à linha mais ampla da Internacional Comunista. A forma de luta





correspondia à linha radical de “classe contra classe” e o objetivo político, à frente democrática. O resultado foi que o movimento se isolou da “Revolução de 30”, de caráter nacionalista e popular, dirigida por Getúlio Vargas.

A Frente Popular no Chile importava o lema “antifascista” sem que o fascismo tivesse se expandido no continente. O que houve foi a transposição mecânica do fascismo europeu para a América Latina, com todos os equívocos correlatos. Lá, o fascismo identificou-se com o nacionalismo e o antiliberalismo, sem nenhum sentido anti-imperialista. O nacionalismo europeu foi marcado pelo chauvinismo, pela suposta superioridade de um Estado nacional sobre os outros e pelo antiliberalismo, inclusive a democracia liberal. A burguesia ascendente assumiu a ideologia liberal como instrumento para destravar a livre circulação do capital contra as travas feudais.

Na América Latina, o nacionalismo reproduziu o antiliberalismo político e econômico, mas assumiu uma posição anti-imperialista, pela própria inserção da região na periferia – no nosso caso, norte-americana, o que nos situou no campo da esquerda. No entanto, as transferências mecânicas dos esquemas europeus do fascismo e do antifascismo, naquele período, levaram alguns partidos comunistas (no Brasil e na Argentina, por exemplo) a, em certos momentos, caracterizar Juan Perón e Getúlio Vargas como reprodução do fascismo na América Latina, portanto, identificados como os adversários mais ferrenhos a ser combatidos. O Partido Comunista da Argentina, por exemplo, aliou-se contra Perón, nas eleições de 1945, não apenas com o candidato liberal, do Partido Radical, mas com a Igreja e a Embaixada norte-americana, segundo a orientação de que vale toda aliança contra o inimigo maior, isto é, o fascismo.

A confusão maior se dá não apenas em relação ao nacionalismo, mas também ao liberalismo, que na Europa foi a ideologia da burguesia ascendente, mas na América Latina as políticas de livre-comércio do liberalismo eram assumidas pelas oligarquias primário-exportadoras. Não somente o nacionalismo tem sinal trocado aqui, mas o liberalismo também.

Foi esse fenômeno que provocou a dissociação entre as questões sociais e as democráticas, e a assunção das sociais pelo nacionalismo, em detrimento das democráticas. O liberalismo sempre procurou apoderar-se da questão democrática, acusar os governos nacionalistas de autoritários, totalitários e ditatoriais, enquanto estes acusavam os liberais de governar para os ricos e de não ter sensibilidade social, reivindicando para si a defesa da massa pobre da população.





Somente análises concretas de situações concretas, como as desenvolvidas, entre outros, pelo peruano José Carlos Mariátegui, pelo cubano Julio Antonio Mella, pelo chileno Luis Emilio Recabarren e pelo brasileiro Caio Prado Jr., todas elas análises autônomas, que não foram levadas em conta pelas direções dos partidos comunistas a que pertenciam seus autores –, teriam permitido a apropriação das condições históricas específicas do continente e de cada país. Predominaram as visões da Internacional Comunista, que contribuíram para dificultar o enraizamento dos partidos comunistas nesses países.

Quando o nacionalismo foi assumido pela esquerda, foi como força subordinada em alianças com lideranças populares, que representavam um bloco pluriclassista. Esse longo período não foi teorizado pela esquerda. As alianças e as concepções das frentes populares não davam conta desse novo fenômeno, em que o anti-imperialismo substituía o antifascismo com características muito diferentes.

A Revolução Boliviana de 1952 foi objeto de disputa em sua interpretação, porque continha elementos nacionalistas – como a nacionalização das minas de estanho – e populares – como a reforma agrária. Mas a participação ativa de milícias operárias, substituindo o Exército, a presença de uma aliança operário-camponesa, e as reivindicações anticapitalistas permitiam teorias distintas do que havia embrionariamente naquele movimento pluriclassista: desde um movimento nacionalista clássico, nacional e antioligárquico, até versões que lhe dariam um caráter anticapitalista.

A Revolução Cubana pôde contar com dois tipos de análise: a de Fidel, de tipo programático, em *A história me absolverá** e a de Che, em *A guerra de guerrilhas*** , sobre a estratégia de construção da força político-militar e de luta pelo poder. O texto que Fidel elaborou como defesa no processo que moveram contra os atacantes do Quartel Moncada é uma extraordinária análise de elaboração de um programa político a partir das condições concretas da sociedade cubana da época. A análise de Che descreve concretamente como a guerra de guerrilhas articulou a luta político-militar, desde o núcleo guerrilheiro inicial até os grandes destacamentos que compuseram o exército rebelde, resistiu à ofensiva do Exército regular e desatou a ofensiva final que os levou à vitória.

* Fidel Castro, *A história me absolverá* (São Paulo, Expressão Popular, 2005). (N. E.)

** Ernesto Che Guevara, *A guerra de guerrilhas* (São Paulo, Edições Populares, 1980). (N. E.)





Contudo, seja por não terem reflexão a respeito, seja para manter o elemento surpresa – importante para a vitória – não houve elaboração pública do caráter do movimento – se apenas nacionalista, se embrionariamente anticapitalista. A Revolução Cubana foi constituindo, à luz dos enfrentamentos concretos, sua estratégia de rápida passagem da fase democrática e nacional para a fase anti-imperialista e anticapitalista, conforme impunha definições a dinâmica entre revolução e contra-revolução. Essa trajetória não foi tanto tema de reflexão quanto as formas de luta, e em particular a guerra de guerrilhas. Esse foi o grande debate na América Latina depois do triunfo cubano: as formas de luta. Via pacífica ou via armada? Guerra de guerrilhas rurais ou guerra popular? Guerrilhas urbanas ou rurais? A articulação entre as questões nacional e anti-imperialista com as anticapitalista e socialista foi menos discutida e elaborada.

As experiências guerrilheiras reproduziram esse debate, da mesma forma que o governo da Unidade Popular no Chile. Os governos nacionalistas militares, em particular o governo peruano de Velasco Alvarado, mas também de modo efêmero os do Equador e de Honduras, recolocaram a questão do nacionalismo, mas seu caráter militar não propiciou sua teorização, tampouco sua consideração como alternativa estratégica pela esquerda naquele momento.

O processo nicaraguense incorporou as experiências anteriores de estratégias de luta pelo poder, elaborando uma plataforma de governo pouco definida, adaptada a fatores novos, dos quais os mais importantes foram a incorporação dos cristãos e das mulheres à militância revolucionária e uma política externa mais flexível. Foi enfrentando empiricamente os obstáculos – em especial o assédio militar dos Estados Unidos – que se encontrou, sem que tenha contribuído com teorias sobre a prática desenvolvida.

Tanto quanto no caso da Unidade Popular, a experiência sandinista foi objeto de vasta bibliografia, mas não se pode dizer que tenha levado a um balanço estratégico claro, que pudesse deixar experiências para o conjunto da esquerda. O debate sobre o Chile foi inserido nas discussões da esquerda em escala mundial e, por isso, perdeu sua especificidade como fenômeno chileno e latino-americano. Os debates sobre a Nicarágua, ao contrário, tenderam a centrar-se em aspectos importantes, como, por exemplo, as questões éticas, mas não produziram um balanço estratégico dos onze anos do governo sandinista.

No momento de maior fraqueza da esquerda no mundo, a esquerda brasileira aparecia como exceção, na contramão das tendências gerais, sobretudo





das viradas regressivas radicais nas correlações de força internacionais. Aqui, Lula projetava-se como alternativa de direção política já nas primeiras eleições em que concorreu, em 1989, quando chegou ao segundo turno, fazendo com que, pela primeira vez, a esquerda aparecesse como força alternativa real de governo no Brasil – no ano da queda do Muro de Berlim e do fim do campo socialista, com fortes indícios de desagregação da União Soviética e do triunfo dos Estados Unidos na Guerra Fria e o retorno a um mundo unipolar, sob a hegemonia imperial norte-americana.

Ao mesmo tempo, Carlos Menem e Carlos Andrés Pérez triunfavam na Argentina e na Venezuela, estendendo assim as experiências neoliberais a forças nacionalistas e socialdemocratas e apontando para a generalização dessas políticas no continente. A isso, somavam-se a eleição de Fernando Collor de Mello, que havia derrotado Lula, e a Concertación no Chile, aliança da Democracia Cristã com o Partido Socialista, em 1990. Em fevereiro desse mesmo ano, dá-se a derrota eleitoral do sandinismo. Cuba já havia entrado no “período especial”, durante o qual enfrentaria, com imensas dificuldades, as consequências do fim do campo socialista à que estava estruturalmente integrada.

Nesse momento, no Brasil, concentravam-se experiências que aparentemente apontavam para uma nova vertente da esquerda – pós-soviética, segundo alguns, pós-socialdemocrata mesmo, segundo outros. Além de Lula e do PT, os anos 1980 haviam permitido a fundação da CUT, a primeira central sindical legalizada na história do país; o surgimento do MST, o mais forte e inovador movimento social no país; e o crescimento das políticas de orçamento participativo nas prefeituras, em geral sob o comando do PT. Por todos esses fatores, mais adiante a cidade brasileira de Porto Alegre seria escolhida para ser a sede dos Fóruns Sociais Mundiais.

Projetaram-se assim sobre a esquerda brasileira, e em particular sobre a liderança de Lula e sobre o partido petista, grandes esperanças de abertura de um novo ciclo de uma esquerda renovada. Sem entrar na análise detalhada de uma experiência tão complexa quanto a do PT e da liderança de Lula, é preciso destacar que, desde o início, foram projetadas sobre ambos expectativas que não encontravam fundamento nas experiências concretas e nos traços políticos e ideológicos que essas experiências assumiram ao longo do tempo.

Componentes da esquerda anterior e de correntes internacionais fizeram de Lula tanto um dirigente operário classista, vinculado às tradições dos conselhos operários, quanto o dirigente de um partido de esquerda gramsciano, de tipo novo, democrático e socialista. Lula não era nada disso nem tampouco





o dirigente à imagem e semelhança do que se tornou o PT. Lula formou-se como dirigente sindical, de base, na época em que os sindicatos eram interditados pela ditadura, um dirigente negociador direto com as entidades patronais, um grande líder de massa, mas sem ideologia. Nunca se sentiu vinculado à tradição da esquerda, nem às suas correntes ideológicas, nem às suas experiências políticas históricas. Filiou-se a uma esquerda social – se assim podemos considerá-la –, sem ter necessariamente vínculos ideológicos e políticos. Buscou a melhoria das condições de vida da massa trabalhadora, do povo ou do país, conforme seu vocabulário foi se transformando ao longo de sua carreira. Trata-se de um negociador, um inimigo das rupturas, portanto, sem nenhuma propensão revolucionária, radical.

Esses traços têm de ser inseridos nas situações políticas que Lula enfrentou até se tornar o Lula realmente existente. Só assim se poderá tentar decifrar o enigma Lula.

Um dos elementos da crise hegemônica latino-americana é a falta de teorização a respeito. Com exceção do processo boliviano, que pôde apoiar-se nas produções do grupo Comuna, em geral os avanços dos processos pós-neoliberais têm ocorrido por ensaio e erro, e sobre as linhas de menor resistência da cadeia neoliberal.

Esse processo já superou sua fase inicial, quando – como dissemos – obteve avanços relativamente fáceis, até que a direita se reorganizou e retomou sua capacidade de iniciativa. A partir daí, tornam-se condição para o enfrentamento e superação dos obstáculos elaborações teóricas que permitam a compreensão da real situação histórica que o continente enfrenta, com seus elementos de força e de fraqueza, suas correlações de força reais, concretas e globais, seus desafios e suas possíveis linhas de superação.

Desde que a hegemonia neoliberal se consolidou, a resistência a esse modelo e as lutas dos movimentos sociais, inclusive a organização do Fórum Social Mundial, deslocaram a reflexão para o plano da denúncia e da resistência, desfalcando a reflexão política e estratégica. Ou seja, partiu-se para a definição de um suposto espaço da sociedade civil como território privilegiado de atuação, em detrimento da política, do Estado e, com eles, dos temas da estratégia e da construção de projetos hegemônicos alternativos e de novos blocos sociais e políticos. Essa postura teórica rebaixou muito a capacidade de análise das forças antineoliberais, que quase se limitaram a exaltar as posturas de resistência e o valor das mobilizações de base, em contraposição às posições dos partidos e dos governos.





Os novos movimentos não contaram com uma atualização do pensamento estratégico latino-americano em que pudessem se apoiar, nem sequer com balanços das experiências positivas e/ou negativas anteriores. O que tornou ainda mais grave a situação foram as mudanças radicais – a passagem de um mundo bipolar para um mundo unipolar, sob a hegemonia imperial norte-americana, do modelo regulador para o neoliberal – operadas no período histórico, em escala mundial, com consequências para a América Latina. Entre elas, a regressão nos marcos de inserção dos países do continente no mercado mundial, resultado da abertura neoliberal e do debilitamento dos Estados nacionais.

Teorizações como as de Holloway e de Toni Negri apareciam como adequações a situações de fato que, ao invés de propor soluções estratégicas, tentavam fazer virtudes das carências. Embora distintas em seus desenhos teóricos, terminaram por acomodar-se à falta congênita de estratégia por parte dos que rejeitavam o Estado e a política para refugiar-se numa mítica “sociedade civil” e numa reductiva “autonomia dos movimentos sociais”, renunciando às reflexões e às proposições estratégicas e deixando assim o campo antineoliberal despreparado para responder aos desafios da crise hegemônica, tornados mais claros a partir do momento em que a disputa hegemônica passou a entrar na ordem do dia.

Já analisamos como esse fator afetou o processo venezuelano, como o boliviano encontrou uma solução original e como o equatoriano se apoiou em soluções híbridas, porém criativas. O pós-neoliberalismo traz novos desafios teóricos que, pelas condições novas que as lutas sociais e políticas enfrentam no continente, iluminam uma prática necessariamente nova e, mais do que em qualquer outro momento, requerem reflexões e elaborações estratégicas que apontem para as coordenadas de novas formas de poder. As elaborações do grupo boliviano Comuna, como mencionamos, são uma exceção: constituem o mais rico conjunto de textos com que a esquerda latino-americana pode contar, um exemplo único em sua história pela capacidade de aliar trabalhos acadêmicos e elaborações individuais de grande criatividade teórica, de autores como Álvaro García Linera, Luis Tápia, Raúl Prada, entre outros, a intervenções políticas diretas, em condições tais que Linera tornou-se vice-presidente da República e Prada foi um importante parlamentar constituinte.

As dificuldades para a elaboração da teoria da prática que enfrenta hoje a esquerda latino-americana são devidas a vários fatores. Entre eles, podemos ressaltar a dinâmica assumida pela prática teórica, essencialmente concen-





trada nas universidades, que sofreu os efeitos da virada de período no plano acadêmico: ofensiva ideológica do liberalismo; aprisionamento na divisão do trabalho interno das universidades, em particular pela especialização; refúgio em posições apenas críticas, que tendem a ser doutrinárias sem desembocar em alternativas.

Por outro lado, os processos de superação real do neoliberalismo colocaram temas distantes da dinâmica de reflexão acadêmica. Temas como o dos povos originários e dos Estados plurinacionais, da nacionalização dos recursos naturais, da integração regional, do novo nacionalismo e do pós-neoliberalismo estão muito distantes dos temas usualmente abordados nos cursos universitários e daqueles privilegiados pelas instituições de fomento à pesquisa. Estas privilegiaram elaborações definidas pelas matrizes fragmentadas das realidades sociais, desvalorizando interpretações históricas globais, ao mesmo tempo que acentuaram a fragmentação entre as distintas esferas – econômica, social, política e cultural – da realidade concreta.

Além disso, é preciso acrescentar os efeitos da crise ideológica que afetou as práticas teóricas na transição do período histórico anterior para o atual, com a desqualificação dos chamados mega-relatos e a utilização generalizada da ideia de crise dos paradigmas. Com isso, abandonaram-se os modelos analíticos gerais e aderiu-se ao pós-modernismo, como as consequências apontadas por Perry Anderson²³: estruturas sem história, história sem sujeito, teorias sem verdade – um verdadeiro suicídio da teoria e de qualquer tentativa de explicação racional do mundo e das relações sociais.

Temas essenciais para estratégias de poder, como o poder mesmo, o Estado, as estratégias, as alianças, a construção de blocos alternativos de forças, o imperialismo, as alianças externas, as análises das correlações de força, os processos de acumulação de forças, o bloco hegemônico, entre outros, ficaram deslocados ou praticamente desapareceram, em especial à medida que os movimentos sociais passaram a ocupar papel protagonista nas lutas anti-neoliberais. A passagem da fase defensiva para a de disputa hegemônica tem de significar – como significa nos textos do grupo Comuna e nos discursos de Hugo Chávez e de Rafael Correa – uma retomada dessas temáticas, uma atualização para o período histórico de hegemonia neoliberal e de luta desmercantilizadora. O refúgio na óptica de simples denúncia, sem compromisso com a formulação e a construção de alternativas políticas concretas,

²³ Perry Anderson, “El pensamiento tibio: Una mirada crítica sobre la cultura francesa”, cit.





tende a distanciar parte significativa da intelectualidade dos processos históricos concretos que o movimento popular enfrenta no continente, condenando este a tentativas empíricas de ensaio e erro, na medida em que não conta com o apoio de uma reflexão teórica comprometida com os processos de transformação realmente existentes.

A tentação oposta é grande. Como Fidel Castro não é Lenin, Che não é Trotski, Hugo Chávez não é Mao Tsé-tung, Evo Morales não é Ho Chi Minh e Rafael Correa não é Gramsci, mais fácil seria rejeitar os processos historicamente existentes, porque não correspondem aos sonhos de revolução construídos no embalado de outras eras, a tentar decifrar a história contemporânea com seus enigmas específicos. Enfim, tentar reconhecer os sinais da nova toupeira latino-americana ou ficar relegado aos compêndios a que são reduzidos os textos clássicos pelas mãos medrosas e sectárias dos que têm medo da história.

O refúgio nas formulações dos textos clássicos é o caminho mais cômodo, mas também o mais seguro para a derrota. As derrotas não são explicadas por razões políticas, mas morais – e “traição” é a mais comum. A incapacidade de explicação política leva a visões infrapolíticas, morais. O diagnóstico de Trotski sobre a URSS é o modelo oposto: trata-se da explicação política, ideológica e social dos caminhos trilhados pelo poder bolchevique. Por isso, passou da tese da revolução “traída” à explicação substancial do Estado sob a hegemonia da burocracia.

A defesa dos princípios supostamente contidos nos textos dos clássicos parece explicar tudo, menos o essencial: por que as visões da ultra-esquerda, doutrinárias, extremistas, nunca triunfam, nunca conseguem convencer à maioria da população, nunca construíram organizações em condições de dirigir os processos revolucionários? Identificam-se aos grandes balanços das derrotas, mas nunca conduzem a processos de construção de forças políticas revolucionárias. Não por acaso, seu horizonte costuma ser a polêmica no interior da própria ultra-esquerda e as críticas aos outros setores de esquerda, sem protagonizar grandes debates nacionais, sem enfrentar centralmente a direita ou participar da disputa hegemônica. Aqueles que só aparecem nos espaços públicos para criticar setores de esquerda, muitas vezes valendo-se dos espaços midiáticos dos órgãos da direita, perderam a visão dos inimigos fundamentais, dos grandes enfrentamentos com a direita.

O desafio é encarar as contradições da história realmente existente, nas condições concretas dos países da América Latina hoje e decifrar os pon-





tos de apoio para a construção do pós-neoliberalismo. O grupo Comuna soube fazer isso, porque releu a história boliviana, em especial a partir da Revolução de 1952, decifrou seu significado, fez as periodizações posteriores da história do país, compreendeu os ciclos que levaram ao esgotamento do período neoliberal, conseguiu desfazer os equívocos da esquerda tradicional em relação aos sujeitos históricos e realizou o trabalho teórico indispensável para o casamento entre a liderança de Evo Morales e o ressurgimento do movimento indígena como protagonista histórico essencial do período atual boliviano. Pôde assim recompor a articulação entre as práticas teórica e política e ajudar o novo movimento popular a abrir os caminhos de luta das reivindicações econômicas e sociais nos planos étnico e político.

Esse trabalho teórico é indispensável e só pode ser feito a partir das realidades concretas de cada país, articuladas com a reflexão sobre as interpretações teóricas e as experiências históricas acumuladas pelo movimento popular ao longo do tempo. A realidade é implacável com os erros teóricos. A América Latina do século XXI requer e merece uma teoria à altura dos desafios presentes.

REFORMA E/OU REVOLUÇÃO

Nas últimas décadas, a esquerda latino-americana oscilou entre projetos reformistas e projetos de ruptura, de luta armada. Os primeiros foram acusados de “reformistas”; os segundos, de “ultra-esquerdistas”, “aventureiros”. Congelar o universo das reformas sem romper com o sistema dominante, sem levantar a questão do poder, é afogar-se no universo da reprodução das relações sociais e políticas existentes. Por outro lado, destacar as demandas estratégicas sem vinculá-las profundamente à sensibilidade e aos interesses das grandes camadas do povo produz o sectarismo, as posições verbalmente radicais, mas incapazes de conquistar as mentes e os corações do povo. Uns e outros tiveram conquistas – melhorias sociais para as camadas populares, vitórias nos casos cubano e nicaraguense –, mas chegam ao século XXI com suas formulações originais esgotadas.

Os movimentos vitoriosos foram aqueles que conseguiram escapar das duas lógicas contrapostas e articulá-las: combinaram uma plataforma de reformas com formas de luta que permitiram a conquista do poder. A discussão proposta por Trotski em *Programa de transição*²⁴ apontava nessa direção, isto é,

²⁴ Leon Trotsky, *Programa de transição* (São Paulo, Informação, 1989).





reformas que o sistema dominante não é capaz de absorver, sob pena de sofrer golpes mortais. São reivindicações históricas por definição, mutáveis no tempo e no espaço, por isso chamadas “de transição”; funcionam para aprofundar as contradições do sistema e despertar a consciência social sobre elas.

Na realidade concreta, essas reivindicações tomaram formas distintas: “paz, pão e terra” na Rússia; a expulsão do invasor japonês e a revolução agrária na China; a derrubada da ditadura batistiana em Cuba; a expulsão do invasor norte-americano e a reunificação do país no Vietnã; a derrubada da ditadura somozista na Nicarágua. Sempre tiveram, no entanto, o caráter de reivindicações de transição, de passagem do capitalismo para o pós-capitalismo.

Na América Latina, os reformismos tradicionais, isto é, dos nacionalismos (destacam-se dentre eles o getulismo e o peronismo, além do PRI mexicano), assim como os governos tradicionais de esquerda, que no Chile tiveram dois exemplos significativos: o da Frente Popular, nos anos 1930, e o da Unidade Popular, nos anos 1970, mantiveram-se no plano das reformas do sistema, sem articulá-las com a questão do poder. Aparentemente, a Unidade Popular colocou-se a questão do poder quando propôs uma transição, ainda que gradual, do capitalismo para o socialismo; porém, como veremos mais adiante, não analisou as condições reais da derrota do poder vigente e da construção do poder alternativo. Acreditava que estas surgiriam da realização de um programa essencialmente econômico de reformas, como decorrência natural, e caiu num economicismo que a impedia de enfrentar outras fontes decisivas de poder, como as Forças Armadas, o imperialismo, a imprensa privada etc.

As revoluções cubana e sandinista conseguiram essa articulação entre luta antiditatorial e luta anti-imperialista, basicamente, e, no caso da cubana, anticapitalista. Outros processos de luta antiditatorial ou simplesmente de luta democrática encerraram-se sem uma projeção estratégica de ruptura, com o recente restabelecimento dos regimes democrático-liberais no Cone Sul do continente. Em outras experiências, absolutizaram a luta armada, com seu potencial militar de ruptura, desvinculadas da capacidade de captar os sentimentos e as necessidades imediatas da grande massa da população, isolando-se e sendo assim derrotadas.

No primeiro caso, as reformas se esgotaram no marco do sistema dominante; no segundo, não chegaram a romper o círculo estreito das organizações políticas ou político-militares.





A esquerda, sob o impacto do debate clássico entre Rosa Luxemburgo e Eduard Bernstein, foi sempre prisioneira da dicotomia entre reforma e revolução. Bernstein absolutizava o movimento, em detrimento dos objetivos finais, como se a acumulação de avanços parciais colocasse e resolvesse a questão do poder e da transformação anticapitalista. Rosa chamava a atenção para o fato de que as reformas podem definir um caminho de reestruturação do capitalismo, de ampliação de suas bases de apoio, ao qual Lenin se referiu como “aristocracia operária” ao designar os setores privilegiados dentro da própria classe operária.

O certo é que o reformismo ganhou conotação própria e tornou-se hegemônico ao longo da história da esquerda, especialmente sob a forma de adequação dos partidos socialdemocratas ao capitalismo ou de estratégias etapistas nos partidos comunistas, que nunca conseguiram superar sua fase inicial e permaneceram no reformismo, sem ruptura.

Na América Latina, essa foi a cara predominante da esquerda, sobretudo entre os anos 1930 e 1970, no bojo do processo de acumulação industrial em substituição às importações, seja em sua versão nacionalista (como nos casos mais conhecidos do México, do Brasil e da Argentina), seja na aliança socialista-comunista (como nos casos, entre outros, do Chile e do Uruguai).

Essa lógica quase espontânea no interior da esquerda, no marco das políticas de desenvolvimento e de modernização, foi contemporânea da expansão do mercado interno de consumo popular, da democratização dos sistemas de educação e de saúde públicas e da extensão da sindicalização urbana e rural, identificadas com itens do programa de reformas democráticas, antioligárquicas e anti-imperialistas. Enquanto foram funcionais para o processo de acumulação industrial, puderam realizar-se; quando o processo de substituição de importações se esgotou, desfêz-se a aliança entre o movimento sindical e setores da classe média e da burguesia industrial, esvaziando a viabilidade da estratégia de reformas. A experiência chilena da Unidade Popular foi a solitária tentativa de aprofundar esse processo; já sem alianças com setores da burguesia, se viu asfiziada dentro do aparelho de Estado e finalmente derrubada por um golpe militar, apoiado pelo conjunto da burguesia.

Porém, a lógica reformista sobrevive, adaptando-se às novas conjunturas políticas pelo próprio caráter de reação espontânea do movimento popular aos ataques do neoliberalismo contra os seus direitos. Deve-se levar em conta que o ressurgimento dos projetos de reformas ocorre num marco de relações de classe distinto, com graus muito mais extensos e profundos





de internacionalização das burguesias do continente e de precarização das relações de trabalho, com o conseqüente enfraquecimento do movimento operário e dos sindicatos.

O período atual é um novo desafio para a capacidade da esquerda de superar dicotomias que mais dificultam do que favorecem a formulação de estratégias que articulem teoria e prática, realidade concreta e proposições estratégicas. Os processos vitoriosos apresentam um rico ensinamento dessa capacidade e fizeram dos responsáveis por suas formulações – Lenin, Trotski, Mao Tsé-tung, Ho Chi Minh e Fidel Castro – os maiores estrategistas da esquerda. Em nenhum desses processos houve transcendência de um projeto de reformas para outro, revolucionário. Em nenhum deles houve uma proposição em estado puro de uma ruptura do capitalismo em favor do socialismo. Todos nasceram de necessidades concretas – derrubada do czarismo, expulsão dos invasores, revolta contra as ditaduras –, mas as direções que tomaram essas lutas impuseram uma dinâmica que foi à raiz do problema e, além disso, apontaram para a ruptura com o sistema imperial de dominação e, com ele, com o sistema capitalista subjacente.

Nenhum projeto reformista superou o processo de reformas para transformar-se em projeto revolucionário. Nenhuma proposta doutrinária – diretamente socialista – jamais triunfou. Os primeiros esgotaram-se dentro do sistema ou foram derrubados, sem terem conseguido construir os instrumentos de resistência de massas e um poder popular alternativo que possibilitasse a superação do cerco do aparelho de Estado existente. As segundas não chegaram a conquistar apoio significativo de massas nem conseguiram formular projetos estratégicos arraigados na realidade concreta.

A caracterização feita por Gramsci de que a Revolução Russa foi uma revolução “contra o capital” tem vários significados. Um deles – e que acabaria se tornando trágico – aponta para o fato de ela ter ocorrido na periferia do capitalismo e ter assumido a tarefa de romper o cerco para que a luta anticapitalista tivesse a possibilidade de tornar-se efetivamente a incorporação, a negação e a superação do capitalismo nos países mais avançados. O objetivo não foi alcançado nem na crise do primeiro pós-guerra, quando as tentativas revolucionárias na Alemanha foram derrotadas e a solução acabou vindo da extrema direita, nem depois, quando a URSS foi isolada e o processo revolucionário avançou na direção oposta, rumo aos países mais atrasados, da Ásia.

Outro significado é que toda revolução é necessariamente heterodoxa. Nenhuma fórmula revolucionária se repetiu ao longo do tempo: todas são





únicas, representam uma combinação ímpar de múltiplos fatores, combinação que faz com que as revoluções sejam a exceção e não a regra no desenvolvimento da história. A lista de fatores que possibilitam a eclosão de uma revolução, segundo Lenin, reúne fatores subjetivos e objetivos, combinando-os num momento determinado que não se prolonga no tempo. A arte da insurreição consiste em colher esses fatores em seu melhor momento de combinação.

Lenin fala de situação revolucionária e de crise revolucionária. A primeira ocorreria quando as forças se polarizam de tal maneira em um país que os de baixo não suportam mais viver como antes e os de cima não conseguem continuar dominando. A crise revolucionária ocorre quando uma direção política consegue conduzir essa polarização para uma saída revolucionária.

Como disse corretamente Gramsci, Lenin referia-se à estratégia em sociedades atrasadas, nas quais os eixos determinantes do poder se articulam em torno do aparelho do Estado, cuja posse permitiria desarticulá-los e partir para a construção de um novo poder. Em termos gramscianos, a hegemonia nessas sociedades apóia-se fundamentalmente na coerção, e não nos consensos. Tal análise aponta para a construção, muito mais complexa, de estratégias políticas em sociedades em que o poder se assenta sobre consensos fabricados e os eixos do poder são coordenados pelo aparelho de Estado, mas seus pilares determinantes se situam fora dele. Assim, construir uma estratégia de poder nessas sociedades consiste em construir projetos hegemônicos alternativos (contra-hegemônicos) que desembocarão no aparelho do Estado, mas cujas batalhas determinantes se darão nas extensas e complexas tramas das relações econômicas, sociais e ideológicas da sociedade em seu conjunto.

O problema é que essa proposta de Gramsci parece chocar-se com um dos princípios básicos do marxismo, aquele que afirma que “as ideias dominantes são as ideias das classes dominantes” nas sociedades de classe. Essa determinação é estrutural, porque a ideologia não se resume a uma construção de ideias no plano cultural, mas nasce das entranhas do processo de acumulação capitalista, das relações entre capital e trabalho, das formas de apropriação da mais-valia, da alienação como fenômeno antes de tudo econômico, que se espalha pelo conjunto das relações sociais e culturais. O sentimento de estranhamento que temos diante do mundo que nós mesmos criamos, e no qual não nos reconhecemos, vem das relações de produção, do processo de produção de riqueza, que separa a produção do produtor e impede que este reconheça a riqueza criada por seu trabalho.





Essa ruptura entre sujeito e objeto, entre história e natureza, entre produtor e produto, entre homem e mundo reproduz cotidianamente, em todos os rincões da sociedade, os mecanismos da alienação. Surge daí, teórica e politicamente, a questão de como, nessas condições, construir um projeto contra-hegemônico, como romper com a hegemonia da ideologia dominante. Enfim, impõe-se o desafio: como construir uma hegemonia prévia do bloco de classes alternativo antes do acesso ao Estado, ao poder nacional?

Na realidade, a força ideológica alternativa é fundamental para a construção de sujeitos alternativos. No caso da Bolívia, por exemplo, isso se deu pela reunificação da força política e pela reassunção de sua identidade ideológica como indígenas. A vitória boliviana – que, nesse caso, foi eleitoral – resultou de um longo e profundo processo de mobilização e luta decorrido na meia década anterior. A construção do projeto alternativo se fará em condições superiores, desde o governo, que poderá mobilizar mais energias e dispor de melhores instrumentos para a sua elaboração. Antes de ser dominante, o movimento indígena boliviano tornou-se dirigente, protagonizou e organizou um bloco de forças alternativo, dotado de uma plataforma básica – nacionalização dos recursos naturais, reforma agrária, convocação da Assembleia Constituinte –, e mostrou que essa combinação é possível. Ela requer compreensão das relações de força reais, da dinâmica dos enfrentamentos, da força e da debilidade de cada um dos blocos que se opõem.

Para compreender melhor as condições de construção de projetos contra-hegemônicos, vamos nos deter um pouco nas duas lógicas que devem ser entendidas e superadas para, em seguida, podermos partir da análise concreta da realidade concreta, em sua totalidade e em suas contradições, em suas determinações estruturais e em seu potencial transformador.

A LÓGICA ULTRA-ESQUERDISTA

Ultra-esquerda é uma categoria política que povoa a história da esquerda em escala mundial. Não vamos retomar essa trajetória aqui; basta mencionarmos as análises de Lenin em *O esquerdismo, doença infantil do comunismo*²⁵ e de Trotski em *Revolução e contra-revolução na Alemanha*²⁶ para remetermos a dois momentos de sistemática e rigorosa análise e crítica do fenômeno.

²⁵ Vladimir Lenin, *O esquerdismo, doença infantil do comunismo* (5. ed. São Paulo, Global, 1981).

²⁶ Leon Trotski, *Revolução e contra-revolução* (São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979).

